

Rede social pessoal de jovens acolhidos em Lares de Infância e Juventude

Personal social network of young people in institutional care

Artigo Original | Original Article

Sandrine Dias, Psy M (1a) Joana Sequeira, PhD (1b) Sónia Guadalupe, PhD (1b)

(1) Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, Portugal

(2) Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenções Cognitivo-comportamentais; Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

(a) Elaboração do trabalho, recolha e inserção de dados, análise estatística.

(b) Contribuiu significativamente para a revisão e discussão do trabalho.

Autor para correspondência | Corresponding author: Sandrine Dias, sandrinediass@hotmail.com

Palavras-Chave

Acolhimento Residencial
Rede Social Pessoal
Suporte Social
Jovens acolhidos

RESUMO

Objetivos: A rede social pessoal tem sido considerada um fator de proteção importante para lidar com a adversidade. Este estudo pretende caracterizar as redes sociais pessoais de jovens em regime de acolhimento prolongado, comparando os resultados segundo o sexo.

Métodos: Participaram neste estudo 84 jovens, 49 raparigas e 35 rapazes, com idades entre os 12 e os 20 anos ($M \pm DP = 15,26 \pm 2,17$), acolhidos em 6 Lares de Infância e Juventude do distrito de Santarém (Portugal), tendo sido avaliados com o Instrumento de Análise da Rede Social Pessoal para caracterizar as dimensões estrutural, funcional e relacional-contextual das redes.

Resultados: As redes dos jovens em situação de acolhimento residencial são constituídas, em média, por 12 elementos, são fragmentadas, diversificadas e predominantemente compostas por familiares. O nível de apoio social percebido é elevado, especialmente na função emocional e informativa, registando-se uma elevada satisfação com o suporte social. A frequência de contactos com os membros da rede associa-se à distância geográfica. Quanto à análise segundo o sexo, os rapazes apresentam redes ligeiramente maiores e valorizam mais as relações familiares que as raparigas ($p < 0,05$). As raparigas identificam mais elementos de famílias amigas ($p < 0,05$), tendem a identificar redes mais diversificadas e mais densas, assim como percebem as relações como sendo mais simétricas ($p < 0,05$). As raparigas identificam redes maioritariamente femininas e os rapazes tendencialmente masculinas ($p < 0,01$). Os rapazes percebem maiores níveis de apoio informativo ($p = 0,031$), companhia social ($p = 0,040$) e acesso a novos contactos ($p = 0,001$).

Conclusões: Este estudo confirma a importância da família para os jovens em regime de acolhimento, apesar da distância, da frequência de contactos e dos motivos subjacentes ao acolhimento. Estas conclusões remetem-nos para a importância de perceber a perspetiva dos próprios jovens sobre as suas relações interpessoais, de forma a potenciar o suporte social informal e a planificar um processo de autonomização sustentado.

ABSTRACT

Aims: The social personal network has been considered an important protection factor when dealing with adversity. This study aims to characterize the social personal network of youngsters in foster homes during extended periods of time, by comparing the results according to sex.

Method: Eighty-four young people participated in this study, 49 girls and 35 boys, aged between 12 and 20 years old ($M = 15.26$; $SD = 2.17$), living in 6 institutions of foster care from Santarém (Portugal). All were assessed through the Personal Social Networks Analysis Tool to characterize the structural, functional, and contextual/relational dimensions of networks.

Results: The social network of youngsters in foster care are composed by 12 elements, in average, they are fragmented, diversified, and primarily composed of family members. The level of social support perception is high in the emotional and informative function, having a high satisfaction with social support. The contact frequency with the social network members is associated with the geographic distance. According to the sex, boys have networks slightly bigger than girls and they value more the family relations. Girls tend to identify more elements from "friend-families" ($p < 0.05$), they tend to identify more diverse and denser networks, and they see the relationships as more symmetric ($p < 0.05$). Girls identify networks mainly feminine and boys tendentially masculine ($p < 0.01$). Boys recognize a higher level of informative support ($p = 0.031$), companionship ($p = 0.040$), and access to new contacts ($p = 0.001$).

Conclusions: This study confirms the relevance of family to the young people in foster care, despite the distance, the frequency of contacts, and the underlying reasons that lead them to foster homes. These findings leads us to the importance of understanding the perspective from young people themselves about their interpersonal relationships, in order to enhance the informal social support and to plan a supported autonomization process.

Keywords

Foster care
Personal Social Network
Social Support
Young people in foster home

INTRODUÇÃO

Rede social pessoal de crianças e jovens em acolhimento

A rede social refere-se ao “conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento existentes e percebidos” (Habigzang, Azevedo, Koller e Machado, 2006, p. 380), remetendo para um conjunto de nós ligados por laços (Wellman, 1981 cit. in Guadalupe, 2001) o que nos reporta para a “imagem de uma teia” (Andrade e Vaitsman, 2002, p.927). Siqueira e Dell’ Aglio (2006, p. 77) defendem que a rede de apoio social estabelece a forma como o indivíduo percebe o seu mundo social, como se orienta nele, as suas estratégias e competências para estabelecer relações, os recursos que dispõe ou a que acede para enfrentar as situações adversas com que se confronta. O apoio social é uma das funções principais das redes sociais, associa-se ao sentimento de pertença e à satisfação com o apoio recebido, sendo subjetivo (Parente, Mendes, Teixeira e Martins, 2014). Todavia, nem todas as redes sociais se constituem como suportativas (Penha, 1996), algumas podem constituir-se como fator não salutogénico, prejudicial ou mesmo destrutivo, por um lado, ou assumir-se como inócuas ou neutras, por outro, não assumindo a função primordial expectável que lhe associamos (Guadalupe, 2009). O apoio social pode ser contínuo, tal como previsto nos relacionamentos duradouros, ou intermitente e de curto prazo, como por exemplo em situações agudas ou de crise (Proctor, Groza e Rosenthal, s.d.).

Na infância, a família, sobretudo os pais, constituem a rede fundamental da criança e a sua principal fonte de apoio (Sluzki, 1996). À medida que a criança/jovem se desenvolve as relações sociais externas vão sendo mais frequentes (Arteaga e del Valle, 2001; Brito e Koller, 1999; Mahon e Curtin, 2013; Siqueira, 2006), ou seja, expande-se a sua rede de contactos e aumenta o suporte. Na adolescência os pares são identificados como uma das principais fontes de apoio e parte significativa da rede social (Cepa, 2011; Livi, Berger e Schneider, 2009; Lopes e Moleiro, 2012; Mahon e Curtin, 2013; Nunes, 2010; Redondo, Pimentel e Correia, 2012; Siqueira, Betts e Dell’ Aglio, 2006; Sluzki, 1996), continuando, porém, a família a ter um papel central, importante e influente (CNPCJR, s.d.; Dolan, Canavan e Brady, 2008). A rede social pessoal assume, assim, um carácter dinâmico.

A rede social dos sujeitos tem sido considerada fundamental na adaptação social, na saúde, no bem-estar e como promotora de resiliência ao longo do desenvolvimento, nomeadamente nos momentos de crise. A investigação desenvolvida tem demonstrado que a ausência ou escassez de suporte social configura um fator

de risco para a ocorrência ou manutenção de situações do perigo infantil (ISS, I.P., 2005; Magalhães, 2005; Penha, 1996; Pereira, 2009). Por outro lado, as redes de suporte social são percebidas como um mecanismo importante para a promoção de resiliência e proteção (Bourdon, 2009; Gomes, 2010; ISS, I.P., 2005; Janeiro, 2011; Mota e Matos, 2008; Penha, 1996; Sani, 2004; Sluzki, 2000; Siqueira et al., 2006). Uma das funções internas que associamos à ideia de família é a da proteção dos seus membros, não se constituindo apenas como um dever moral mas como um dever consignado na lei. Mas se a família é um lugar de laços afetivos também é um lugar onde a sua destruição pode acontecer (Amorim, 2011). A paradoxalidade desta ideia deixa um lastro de risco e de perigo, situações também associadas a um fraco suporte social informal e formal usufruído por parte das famílias, geralmente vulneráveis ou excluídas socialmente, que apresentam interação social e laços sociais precários ou mesmo isolamento social, entre outros problemas interacionais e sociais (Amorim, 2011).

O acolhimento residencial de uma criança ou jovem “decorre de falhas graves no cumprimento das responsabilidades parentais” (Martins, 2004, p. 274), com as casas de acolhimento a procurar promover as necessidades de desenvolvimento das crianças e jovens e suprir as lacunas no exercício da função parental. Assim, a medida de acolhimento residencial visa afastar o perigo em que as crianças e jovens se encontram, proporcionar-lhes segurança, saúde, formação, educação, bem-estar, condições para o desenvolvimento integral e garantir a sua recuperação física e psicológica (art. 34º da Lei n.º 149/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro).

Numa perspetiva sistémica, o acolhimento residencial é entendido como uma crise, pois trata-se de um acontecimento que provoca inúmeras e diversas mudanças nas vidas e nas redes de apoio afetivo e social das crianças e jovens com histórias de maltrato (Martins, 2004; Siqueira et al., 2006). O acolhimento altera, assim, quer a qualidade quer a frequência e intensidade das relações com a família (Cavalcante, Magalhães e Pontes, 2007; Dell’ Aglio, 2000; Nunes, 2010; Siqueira, 2006; Siqueira et al., 2006; Siqueira e Dell’ Aglio, 2006, 2007). O acolhimento residencial, por vezes, constitui uma transição necessária, que implica mudanças, reorganizações e riscos, bem como potencialidades para a criança/jovem e para a família. Porém, a retirada da criança/jovem poderá constituir-se como uma resposta paradoxal (Alberto, 2008; Alves, 2007; Bronfenbrenner, 1979; Browne, 2009; Gomes, 2010; Martins, 2004, 2005; Mota e Matos, 2008; Siqueira e Dell’ Aglio, 2006; Siqueira, Tubino, Schwarz e Dell’ Aglio, 2009). Alguns

investigadores realçam os riscos de desconexão da rede associados à institucionalização, sendo este risco mais elevado quando a colocação residencial é feita longe da residência da criança/jovem (Arteaga e del Valle, 2003; Cavalcante et al., 2007). Todavia, a investigação destaca que a distância geográfica entre a instituição de acolhimento e a residência dos elementos da família não impede que a família continue a ser percebida como fonte de apoio (Araújo, 2012; Martín e Dávila, 2008; Mendes, 2011; Nunes, 2010; Pereira 2010), sendo mesmo, por vezes, a principal fonte de apoio (Araújo, 2012; Mendes, 2011; Parente, Mendes, Teixeira e Martins, 2014; Siqueira, Betts e Dell' Aglio, 2006), com um papel importante ao nível da adaptação durante o acolhimento (Arteaga e del Valle, 2003).

Os elementos que compõem a resposta de acolhimento têm sido considerados importantes fontes de apoio social e afetivo para os jovens acolhidos (Arteaga e del Valle, 2003; Cavalcante et al., 2007; ISS, I.P., 2005; Mahon e Curtin, 2013; Martín e Dávila, 2008; Nunes, 2010; Siqueira et al., 2006; Siqueira e Dell' Aglio, 2006; Siqueira et al., 2009), podendo estes constituir-se “na fonte de apoio social mais próxima e organizada, desempenhando um papel fundamental para o seu desenvolvimento” (Siqueira e Dell' Aglio, 2006, p. 77), nomeadamente ao nível das competências sociais (Mota e Matos, 2010).

As investigações realizadas sobre a rede social de crianças integradas em contextos residenciais concluem que o tamanho médio da rede social destes jovens difere entre 4,58 (Cepa, 2011) e 31 elementos (Siqueira et al., 2009), o que se traduz numa enorme amplitude. O valor médio parece situar-se em torno da dezena de membros, havendo estudos que identificam redes sociais compostas em média por 7,39 elementos (Parente, Mendes, Teixeira e Martins, 2014), 9 (Mendes, 2011), 11 (Arteaga e del Valle, 2003; Araújo, 2012; Blakeslee, 2015), 12 membros (Pereira, 2010) e 15,5 membros (Mahon e Curtin, 2013). Os estudos realçam a preponderância da família na rede social pessoal dos jovens (Araújo, 2012; Cepa, 2011; Mahon e Curtin, 2013; Martín e Dávila, 2008; Mendes, 2011; Parente et al., 2014; Pereira, 2010; Siqueira et al., 2006) e que as figuras adultas são mais valorizadas enquanto fontes de apoio (Arteaga e del Valle, 2003; Martín e Dávila, 2008; Siqueira et al., 2006). Igualmente, os pais são percebidos como figuras significativas para crianças acolhidas por cuidadores informais (Farmer, Selwyn e Meakings, 2013). Cepa (2011) e Mendes (2011) verificaram que as redes sociais são tendencialmente coesas, os elementos que as compõem estão geograficamente próximos e mantêm contactos regulares. Quanto ao apoio facultado, a família tende a ser identificada como principal referência afetiva (Arteaga e del Valle, 2003; Cepa, 2011; Martín e Dávila, 2008; Mendes, 2011; Siqueira et al., 2006; Pereira, 2010). Os resultados da investigação de Nunes (2010) concluem que uma maior

satisfação com o suporte social percebido está relacionada com uma menor duração do acolhimento e com a idade mais avançada do jovem no momento do acolhimento. Parente e colaboradores (2014) não verificaram diferenças nas características das redes sociais pessoais dos jovens determinadas pelo sexo, idade e duração do acolhimento das crianças/jovens.

A investigação tem demonstrado de forma consistente o papel e importância das redes e do suporte social no desenvolvimento das crianças/jovens, bem como na sua proteção contra riscos e vulnerabilidades, nomeadamente no contexto residencial (Alves, 2007; Arteaga e del Valle, 2003; Martín e Dávila, 2008; Martins, 2004; Mota e Matos, 2008, 2010; Siqueira et al., 2006; Penha, 1996), assim como no desenho de um projeto de vida futuro (Pereira, 2010). No entanto, a investigação nesta área ainda é escassa e os resultados não são consensuais. Pretende-se, assim, neste trabalho caracterizar as redes sociais pessoais de jovens em regime de acolhimento prolongado, apresentando uma análise na perspetiva de género, com base na variável sexo.

MÉTODO

Procedimentos e amostragem

Desenvolvemos um estudo transversal, utilizando uma metodologia de análise quantitativa de tipo descritiva, correlacional e inferencial.

De acordo com os procedimentos formais e éticos procedeu-se à solicitação de autorização para a utilização e adaptação às finalidades da investigação do IARSP a uma das autoras do instrumento. Apurada a disponibilidade para colaboração junto dos responsáveis pelos lares de infância e juventude, solicitou-se por escrito autorização às instituições de acolhimento para a participação dos jovens no estudo. Após permissão das instituições, foram apresentados os objetivos do estudo aos jovens e solicitada a sua participação através de um consentimento informado, no qual se garante o cumprimento de todos os procedimentos éticos e deontológicos associados à investigação em psicologia tendo em conta as diretrizes do Código Deontológico dos Psicólogos (OPP, 2011).

Os participantes foram selecionados com base no critério de acessibilidade, constituindo uma amostra não-probabilística. A amostra integra jovens acolhidos em 6 lares de infância e juventude no distrito de Santarém (Portugal), com idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos de idade, sem limitações cognitivas significativas que condicionassem a sua compreensão e capacidade de resposta às questões colocadas. Das instituições de acolhimento selecionadas, 3 (50,0%) acolhem crianças e jovens do sexo feminino, 2 (33,3%) são masculinas e 1 (16,7%) é mista em relação ao sexo.

Participantes

Participaram neste estudo 84 jovens de ambos os sexos, acolhidos em lares de infância e juventude. Na maioria são jovens do sexo feminino ($n = 49$; 58,39%), com 15 anos de idade, em média ($M \pm DP = 15,26 \pm 2,17$; $Min = 12$; $Max = 20$ anos), apresentando idades compreendidas entre os 15 e os 17 (44%) e entre os 12 e os 14 anos (39,2%). A maioria dos participantes com idades entre os 18 e os 20 anos são do sexo feminino (11 dos 14 nesta faixa etária).

Quanto à escolaridade, mais de metade dos jovens (51,2%) possuem pelo menos o 2º ciclo de escolaridade concluído. Um quarto da amostra (25%) tem o 1º ciclo concluído e 51,2% o 2º ciclo, tendo 6% o ensino secundário concluído. As raparigas apresentam um nível de escolaridade mais elevado ($U = 601,00$; $p = 0,011$). Dos rapazes, 40% têm o primeiro 1º ciclo concluído, contra 14,3%, no caso das raparigas, o que aponta para um maior insucesso escolar por parte do sexo masculino.

A maioria dos participantes encontra-se em acolhimento residencial há menos de 3 anos (70,2%), 25% destes há menos de 1 ano, situando-se também a média abaixo dos 3 anos ($M \pm DP = 2,88 \pm 1,44$; $Min = 1$; $Max = 5$). Na duração do acolhimento, as raparigas apresentam maiores tempos de permanência em instituições de acolhimento ($M \pm DP = 3,18 \pm 1,52$; $Min = 1$; $Max = 5$) do que os rapazes ($M \pm DP = 2,46 \pm 1,22$; $Min = 1$; $Max = 5$), havendo diferenças estatisticamente significativas ($U = 619,500$; $p = 0,026$), com uma magnitude da diferença média (d de Cohen = 0,51; $IC95\% [0,07; 0,95]$) (Tabela 1).

Relativamente aos projetos de vida, 50,0% ($n = 42$) dos jovens identificam a autonomia de vida como projeto,

sendo esta tendência mais expressiva no caso das raparigas ($n = 30$; 61,2%). Os jovens do sexo masculino identificam maioritariamente o retorno à família nuclear como projeto de vida ($n = 20$; 57,1%), todavia, não verificámos uma associação significativa do projeto de vida com a variável sexo (Tabela 1).

Instrumentos

O *Instrumento de Análise da Rede Social Pessoal* (IARSP; Guadalupe, 2009; Guadalupe e Alarcão, 2009) foi utilizado para caracterizar as redes a nível estrutural (tamanho, composição, densidade), funcional (tipos de apoio social, reciprocidade e satisfação com o suporte) e relacional-contextual (frequência de contactos, dispersão geográfica, e homogeneidade/ heterogeneidade etária e de sexo).

O IARSP foi adaptado para o estudo com autorização da autora. O gerador de rede (questão inicial) usado no presente estudo foi o seguinte: “indica o nome das pessoas com quem tenhas estabelecido contacto nos últimos seis meses, te relacionas, são importantes na tua vida (positiva ou negativamente/ que gostes ou não) e te apoiam”. Seguiu-se uma questão sobre o vínculo relacional estabelecido entre o sujeito e cada uma das pessoas enunciadas como membros da sua rede. Atendendo à especificidade contextual dos participantes, optou-se pela identificação dos seguintes campos relacionais: i) relações familiares, ii) relações de amizade (extra instituição), iii) relações de amizade (instituição), iv) relações com famílias amigas; v) relações de trabalho e/ou de estudo; relações institucionais (educadores/técnicos).

Tabela 1

Projeto de Vida e Tempo de Acolhimento dos Jovens

		Total		Raparigas ($n = 49$)		Rapazes ($n = 35$)		
		N	%	n	%	n	%	
Projeto de vida	(Re)integração na família nuclear	34	40,5	14	28,6	20	57,1	$\chi^2 = 9,024$ $p = 0,061$
	(Re)integração na família alargada	4	4,8	3	6,1	1	2,9	
	Confiança a Pessoa idónea	1	1,2	1	2,0	—	—	
	Adoção	3	3,6	1	2,0	2	5,7	
	Autonomização	42	50,0	30	61,2	12	34,3	
Total		84	100	49	100	35	100	
Tempo de acolhimento	< 1 ano	21	25,0	11	22,4	10	28,6	$U = 619,50$ $p = 0,026$
	1 ano	11	13,1	4	8,2	7	20,0	
	2-3 anos	27	32,1	14	28,6	13	37,1	
	4-6 anos	7	8,3	6	10,2	2	5,7	
	≥ 6 anos	18	21,4	15	30,6	3	8,6	
Total		84	100	49	100	35	100	
		M	DP	M	DP	M	DP	
Tempo de acolhimento	(em anos)	2,88	1,44	3,18	1,52	2,46	1,22	

Nota: χ^2 = Qui-Quadrado da independência; $U = U$ de Mann-Whitney; p = nível de significância; M = média; DP = desvio-padrão.

Na dimensão estrutural caracterizámos o tamanho da rede (número de membros); a composição da rede (através do número de campos relacionais, do tamanho e da proporção percentual dos campos relacionais na rede); e a densidade da rede (que expressa percentualmente a interconexão entre os membros independentemente do jovem respondente; podendo variar entre zero e cem, categorizando como redes dispersas aquelas que apresentam valores inferiores a 33,33%, as fragmentadas entre 33,33 e 79,99% e as coesas de 80% a 100%). Na dimensão funcional avaliámos o nível de apoio percebido com uma escala de Likert de 3 pontos (1. “nenhum”, 2. “algum” e 3. “muito”) quanto ao apoio emocional, material e instrumental, informativo, companhia social e acesso a novos contactos; a reciprocidade de apoio avaliada através de 4 níveis (em que 1. “não dá apoio a nenhuma destas pessoas”, 2. “dá apoio a poucas...”, 3. “dá apoio a algumas...” e 4. “dá apoio à maior parte...”); e a satisfação com o suporte social cotada em 3 pontos (1. “nada”, “pouca” e “muita”). Relativamente às características relacionais-contextuais avaliámos a frequência de contactos (cotada entre 1 a 5 de 1. “diariamente” a 5. “algumas vezes por ano”); a dispersão geográfica (numa escala de 5 pontos de 1. “na mesma instituição” a 5. “a mais de 50 Km”). Foi ainda efetuado um conjunto adicional de questões sobre o tempo de acolhimento, projeto de vida, mudanças percebidas no tamanho da rede social pessoal com o acolhimento residencial, possíveis perdas ou cortes relacionais e a satisfação dos elementos com a rede e com o suporte social percebido.

Análise Estatística

A análise estatística foi efetuada através do *Statistic Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 21 para Windows. Para analisar a normalidade das variáveis em estudo recorreu-se ao teste de Kolmogorov-Smirnov e concluiu-se pela violação da normalidade na distribuição das variáveis, optando-se pelo uso de testes não paramétricos.

RESULTADOS

Características estruturais da rede social pessoal

As redes sociais dos jovens têm em média 12 elementos, sendo a média de elementos nas redes dos rapazes ligeiramente superior ($M \pm DP = 13,03 \pm 7,84$) à das raparigas ($M \pm DP = 11,71 \pm 6,62$). As redes que possuem 6 a 10 elementos são as mais frequentes na amostra, apesar do tamanho médio ser de 12 membros.

As redes são constituídas, em média, por três campos relacionais distintos ($M \pm DP = 2,89 \pm 0,74$). São sobretudo compostas por relações familiares, de amizade e institucionais em 42,9% ($n = 36$) dos casos, seguindo-se as que são compostas por família e amigos ($n = 18$; 21,4%).

Em termos globais, as relações familiares assumem a mais destacada proporção das relações nas redes (39,92%), tendo cada rede, em média, 4,63 ($DP = 3,61$) elementos da família. Seguem-se as relações com os pares (29,50%), das quais 16,32% correspondem a relações de amizade estabelecidas fora da instituição ($M \pm DP = 2,10 \pm 2,12$) e 13,18% a amigos que partilham a instituição ($M \pm DP = 1,68 \pm 2,98$). As relações com os elementos das equipas técnicas e educativas representam uma parte expressiva das relações identificadas como significativas nas redes dos jovens ($M \pm DP = 23,89\% \pm 20,31\%$), tendência que é seguida por ambos os sexos.

Os jovens do sexo masculino têm, em média, mais elementos da família e maior proporção de familiares nas suas redes ($p = 0,021$; $p = 0,039$), com diferenças de efeito insignificante (d de Cohen = 0,56; IC95% [-0,99; -0,11]; de Cohen = 0,44; IC95% [-0,87; 0,01]), assumindo 46,38% ($DP = 23,22\%$) das relações percebidas como significativas, contra 35,31% ($DP = 26,70\%$) das relações identificadas pelas raparigas. Verificámos diferenças significativas ao nível das relações com famílias amigas, tendo as raparigas mais vínculos com estas estruturas familiares ($p = 0,019$; $p = 0,018$), com diferenças de efeito pequeno (d de Cohen = 0,37; IC95% [-0,07; 0,81]; d de Cohen = 0,47; IC95% [0,03; 0,91]), ainda que estas relações apresentem diminuta representatividade em proporção ($M \pm DP = 3,74\% \pm 12,32\%$).

Também as relações de trabalho/estudo assumem um carácter residual das redes sociais dos jovens ($M \pm DP = 1,61 \pm 4,40$) (Tabela 2).

A densidade média das redes da amostra é de 66,44 ($DP = 23,66$), sendo as redes sociais pessoais dos participantes tendencialmente fragmentadas. Realce-se que se identificaram redes com conexão nula (0%), ou seja em que nenhum membro se encontra interligado entre si independentemente do ego, e com coesão máxima (100%), em que todos estão interconectados.

Considerando as mudanças percebidas no tamanho da rede associadas ao acolhimento residencial, a maioria dos participantes revela que a rede aumentou com a integração na instituição, declarando que o número de pessoas com quem se relaciona é superior (32,1%) e muito superior (36,9%). Apenas 6 jovens percebem restrições na sua rede associadas ao acolhimento, referindo que o número de pessoas com quem se relacionam é menor ($n = 4$; 4,8%) e muito menor ($n = 2$; 2,4%).

Foram também avaliadas as perdas e cortes relacionais significativos. A maioria dos jovens ($n = 47$; 56,0%) declara ter perdido alguém nos últimos anos, maioritariamente familiares, por falecimento. Quanto aos cortes relacionais, 61,9% ($n = 52$) dos jovens cortou relações com elementos de referência, principalmente familiares e amigos, associando a rutura ao afastamento/distância.

Tabela 2

Características Estruturais da Rede Social Pessoal

	Total		Raparigas (n = 49)		Rapazes (n = 35)		U
	M	DP	M	DP	M	DP	
Tamanho da Rede	12,26	7,14	11,71	6,62	13,03	7,84	792,500
Composição da rede (n.º de membros por campo relacional)							
Relações Familiares	4,63	3,61	3,82	3,09	5,77	4,02	605,50*
Relações de Amizade (extra instituição)	2,10	2,12	2,22	2,00	1,91	2,29	741,50
Relações de Amizade (instituição)	1,68	2,98	1,84	3,61	1,46	1,80	850,50
Relações com famílias amigas	0,54	2,09	0,86	2,67	0,09	0,51	706,50*
Relações de Trabalho / Estudo	0,26	0,53	0,24	0,60	0,29	0,89	823,50
Relações institucionais (Educadores / Técnicos)	3,12	12,85	2,84	3,48	3,51	3,75	782,00
Composição da rede (proporção do campo relacional no tamanho — em percentagem %)							
Relações Familiares	39,92	25,75	35,31	26,70	46,38	23,22	630,50*
Relações de Amizade (extra instituição)	16,32	16,94	18,36	17,45	13,47	16,00	719,00
Relações de Amizade (instituição)	13,18	16,41	13,06	16,37	13,35	16,70	856,50
Relações com famílias amigas	3,74	12,32	6,11	15,63	0,43	2,54	704,00*
Relações de Trabalho / Estudo	1,61	4,40	1,96	4,96	1,13	3,48	811,50
Relações institucionais (Educadores / Técnicos)	23,89	20,31	23,68	20,81	24,20	19,90	826,00
Campos Relacionais							
N.º de campos relacionais	2,89	0,75	2,96	0,82	2,80	0,63	776,000
Densidade da Rede (em percentagem %)							
	66,44	23,66	67,49	24,51	64,95	22,69	805,500

Nota: M = Média; DP = Desvio Padrão; U = U de Mann-Whitney; p = nível de significância.

* $p < 0,05$.

Características funcionais da rede social pessoal

O nível de apoio social na rede foi avaliado com base numa escala de Likert de 3 pontos (nenhum, algum, muito) que reflete o nível percebido de apoio emocional, material e instrumental, informativo, companhia social e acesso a novos contactos. Os resultados indicam que os jovens valorizam de forma mais elevada o apoio emocional ($M \pm DP = 2,66 \pm 0,39$) e apoio informativo ($M \pm DP = 2,51 \pm 0,42$). Já os níveis de companhia social ($M \pm DP = 2,45 \pm 0,44$), de apoio material e instrumental ($M \pm DP = 2,19 \pm 0,61$), bem como de acesso a novos contactos ($M \pm DP = 2,12 \pm 0,65$) são percebidos como moderados. Verificámos diferenças estatisticamente significativas entre os sexos quanto à percepção do nível de apoio informativo ($p = 0,031$), companhia social ($p = 0,040$) e acesso a novos contactos ($p = 0,001$), em que os rapazes tendem a perceber maiores níveis de apoio, apesar do efeito insignificante registado (respetivamente: d de Cohen = -0,41; IC95% [-0,84; 0,03]; d de Cohen = -0,44; IC95% [-0,87; 0,00]; d de Cohen = -0,73; IC95% [-1,17; -0,21]) (Tabela 3).

A reciprocidade de apoio é elevada ($M \pm DP = 3,56 \pm 0,59$; $Min = 1$; $Max = 4$), dado que 95,2% dos jovens declara dar apoio à maior parte dos membros da sua rede (60,7%) ou a alguns membros (34,5%). A reciprocidade do apoio associa-se ao género, assim rapazes e raparigas têm percepções diferentes da reciprocidade do apoio ($p = 0,014$), em que as raparigas tendem a identificar relações mais simétricas ($M \pm DP = 3,70 \pm 0,51$), com efeito médio (d de Cohen = 0,58; IC95% [0,13; 1,01]). Foi ainda avaliada a

satisfação dos jovens com o suporte social recebido. A esmagadora maioria dos jovens (84,5%) declarou estar muito satisfeita com o suporte social ($M \pm DP = 2,83 \pm 0,41$; $Min = 1$; $Max = 3$). Apenas 1 jovem (1,3%) revela insatisfação total com o apoio.

Características relacionais-contextuais da rede social pessoal

Quanto à frequência de contactos entre o sujeito central e os membros da sua rede, 42,9% mantêm contactos algumas vezes por semana, 27,4% estabelece contactos semanais e 19% diários. A distância geográfica entre os jovens e os elementos da rede varia entre a residência na mesma localidade ($n = 31$; 36,9%) e uma distância até 50 km ($n = 31$; 36,9%). As relações são aparentemente duradouras, já que 45,1% da amostra identificou relações com duração superior a 6 anos, seguidas das relações com duração entre 1 e 3 anos (27,55%) (Tabela 4).

Quanto à homo/heterogeneidade sexual dos membros da rede, 63,33% da totalidade dos sujeitos referenciados como fontes de suporte são do sexo feminino, porém as redes sociais pessoais são maioritariamente mistas. As raparigas apresentam mais elementos do sexo feminino e os rapazes mais elementos do sexo masculino ($p < 0,001$), tendo sido a intensidade da associação entre as variáveis verificada através do V de Cramer.

Tabela 3

Características Funcionais da Rede Social Pessoal

	Total		Raparigas (n = 49)		Rapazes (n = 35)		U
	M	DP	M	DP	M	DP	
Nível de apoio							
Apoio Emocional	2,67	0,39	2,63	0,39	2,72	0,38	656,50
Apoio Material e Instrumental	2,20	0,61	2,19	0,53	2,20	0,71	804,00
Apoio Informativo	2,51	0,42	2,44	0,42	2,61	0,41	620,50*
Companhia Social	2,45	0,44	2,37	0,44	2,56	0,42	632,50*
Acesso a novos contactos	2,12	0,65	1,94	0,62	2,39	0,61	506,50**
	N	%	n	%	n	%	
Reciprocidade de Apoio							
	(M = 3,56; DP = 0,59)		(M = 3,70; DP = 0,51)		(M = 3,37; DP = 0,65)		
Não dá apoio a nenhuma destas pessoas	—	—	—	—	—	—	625,50*
Dá apoio a poucas destas pessoas	4	4,8	1	2,0	3	8,6	
Dá apoio a algumas destas pessoas	29	34,5	13	26,5	16	45,7	
Dá apoio à maior parte das pessoas	51	60,7	35	71,4	16	45,7	
Satisfação com o suporte social							
	(M = 2,83; DP = 0,41)		(M = 2,80; DP = 0,41)		(M = 2,89; DP = 0,40)		
Nada	1	1,2	0	0,00	1	2,9	761,00
Pouco	12	14,3	10	20,4	2	5,7	
Muito	71	84,5	39	79,6	32	91,4	
Densidade da Rede — em percentagem %	(M = 66,44; DP = 23,66)		(M = 67,49; DP = 24,51)		(M = 64,95; DP = 22,69)		805,500

Nota: M = Média; DP = Desvio Padrão; U = U de Mann-Whitney; p = nível de significância.

* p < 0,05.

** p < 0,01.

Tabela 4

Características Relacionais-Contextuais da Rede Social Pessoal

	Total		Raparigas (n = 49)		Rapazes (n = 35)		
	n	%	n	%	n	%	
Frequência de Contactos							
	(M = 2,32; DP = 0,96)		(M = 2,33; DP = 1,05)		(M = 2,31; DP = 0,83)		
Diariamente	16	19,0	11	22,4	5	14,3	U = 839,00
Algumas vezes por semana	36	42,9	19	38,8	17	48,6	
Semanalmente	23	27,4	13	26,5	10	28,6	
Algumas vezes por mês	7	8,3	4	8,2	3	8,6	
Algumas vezes por ano	2	2,4	2	4,1	—	—	
Dispersão geográfica na rede							
	(M = 3,40; DP = 0,93)		(M = 3,37; DP = 0,88)		(M = 3,46; DP = 1,01)		
Na mesma instituição	2	2,4	1	2,0	1	2,9	U = 783,50
No mesmo bairro/rua	11	13,1	5	10,2	6	17,1	
Na mesma terra	31	36,9	23	46,9	8	22,9	
Até 50 km	31	36,9	15	30,6	16	45,7	
A mais de 50 km	9	10,7	5	10,2	4	11,4	
Homo/Heterogeneidade sexual na rede							
Heterogénea no género	57	67,9	26	53,1	31	88,6	X ² = 21,88**
Homogénea no género feminino (≥ 75%)	24	28,6	23	46,9	1	2,9	
Homogénea no género masculino (≥ 75%)	3	3,6	—	—	3	8,6	φc = 0,510**
Homo/Heterogeneidade etária na rede							
Heterogénea na idade	31	36,9	18	36,7	13	37,1	X ² = 1,261
> 50% <12 anos - grupo infantil	1	2,0	1	2,0	—	—	
> 50% 12-18 anos - grupo jovem	7	8,3	4	8,2	3	8,6	
> 50% 18-25anos - grupo jovem adulto	4	4,8	3	6,1	1	2,9	
> 50% >25anos - grupo adulto	41	48,8	23	46,9	18	51,4	

Nota: M = Média; DP = Desvio Padrão; U = U de Mann-Whitney; X² = Qui-Quadrado de independência; φc = V de Cramer.

** p < 0,01.

DISCUSSÃO

Os resultados do presente estudo permitiram conhecer algumas das características das redes sociais de jovens em acolhimento residencial, verificando-se que o acolhimento potencia mudanças na vida das crianças e jovens, nomeadamente nas suas redes sociais pessoais e de suporte social.

A UNICEF estima que, no mundo, existam 2,2 milhões de crianças e jovens confiados a instituições (Browne, 2009, p. 5). Em Portugal, de acordo com a caracterização anual da situação de acolhimento (ISS, IP., 2015), no ano de 2014 estiveram em acolhimento 8.470 crianças e jovens, dos quais 2.143 são novas situações e 6.327 em continuidade de acolhimento, tendo cessado o acolhimento para 2.433 no mesmo ano. Os jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos correspondem a 68,57% (5.808 jovens) dos casos. O mesmo relatório de caracterização da situação de acolhimento, revela que no distrito de Santarém, área administrativa de Portugal onde decorreu a recolha de dados, no ano de 2014, estiveram em acolhimento 345 crianças e jovens (ISS, IP., 2015), representando os participantes da presente investigação 24,35% da população em acolhimento no distrito e 1% do universo nacional.

A sistematização de dados nestes relatórios tem vindo a revelar um ligeiro predomínio de crianças e jovens do sexo masculino em acolhimento (51,9% em 2014), especialmente até aos 14 anos, tendência invertida a partir dos 15 anos (ISS, IP., 2015); já a nossa amostra é predominantemente do sexo feminino, atendendo a que 60,7% dos inquiridos apresentam idades iguais e superiores a 15 anos.

Os escalões etários com maior representatividade entre os jovens em acolhimento em Portugal correspondem aos mesmos da amostra do presente estudo, ou seja dos 12 aos 20 anos de idade, representando 68,6% do universo de crianças e jovens em acolhimento, tendo-se verificado um aumento de adolescentes nos últimos anos.

Os dados nacionais de 2014 evidenciam a mesma tendência de distribuição do que constatamos na amostra (12-14 anos - 21,1%; 15-17 anos - 35,1%; 18-20 anos - 12,5%) (ISS, 2015). A escolaridade dos jovens inquiridos revela a percursos marcados por eventual insucesso escolar, pois 25% têm o 1º ciclo concluído e 51,2% o 2º ciclo, não obstante o facto da idade normal de frequência do primeiro ciclo ser entre os 6 e os 10 anos e a do 2º ciclo entre os 11 e 12 anos. Apesar de 16,7% dos jovens ter idade compreendida entre os 18 e 20 anos de idade, apenas 6% da amostra tem o ensino secundário concluído, ou seja, tem a escolaridade obrigatória concluída.

As redes pessoais dos jovens participantes têm em média 12 elementos, tendendo os rapazes a apresentar redes maiores, apesar de não se verificar relação estatisticamente significativa entre estas variáveis, tal como no estudo realizado por Parente e colaboradores (2014). De acordo com alguns estudos com o mesmo tipo de população (Araújo, 2012; Arteaga e del Valle, 2003; Mahon e Curtin, 2013; Mendes, 2011, Parente et al., 2014) o tamanho médio das redes sociais de jovens em acolhimento varia entre os 7,39 e os 15,5 elementos, indo os nossos resultados ao encontro dos valores médios do intervalo de tamanho. Esta coincidência intervalar, apesar da ausência de estudos de epidemiologia social suficientemente amplos e seccionados por faixas etárias, parece indicar que este será o tamanho médio das redes sociais neste contexto específico, ainda que expresse um tamanho inferior ao que tem sido indicado para a população geral (Guadalupe, 2009). A investigação de Bravo e del Valle (2000), com jovens adolescentes entre os 12 e os 18 anos, identifica redes constituídas em média por 10 elementos. Uma investigação nacional aponta para uma média de 27 elementos por rede de adolescentes entre os 14 e os 18 anos (Antunes, Sequeira e Alarcão, 2011).

A literatura realça a associação negativa entre o tamanho da rede, a idade dos jovens acolhidos, e a duração do acolhimento (Nunes, 2010; Siqueira e Dell'Aglio, 2006; Sluzki, 1996), apesar de no presente estudo, tal como no estudo de Mendes (2011), não se terem verificado associações significativas. De acordo com a investigação desenvolvida por Parente e colaboradores (2014), a idade das crianças e jovens e a duração do acolhimento parecem não ter repercussões nas suas redes sociais pessoais. A maioria dos participantes revelou que com o acolhimento residencial ocorreu a expansão da rede social pessoal, o que nos permite inferir que o acolhimento residencial pode também potenciar novos laços e alargar a rede social pessoal, ou, por outro lado, pensar que apesar da trajetória mudar nesta fase da vida este alargamento pode acontecer noutro contexto que não o anteriormente antecipado. Esta ampliação percebida no tamanho da rede pode ser explicada pelo facto do acolhimento obrigar, na maioria das situações, a uma mudança do contexto de vida, que se reflete na manutenção de relações com as crianças e colaboradores da resposta de acolhimento e integração local em estabelecimentos educativos, formativos, lúdicos, sociais, entre outros, ou seja, favorece o alargamento dos contextos e, logo, a diversificação relacional. Adicionalmente, em alguns casos, o acréscimo de elementos não implica necessariamente perda dos já existentes. Por outro lado, os participantes encontram-se na fase da adolescência, etapa na qual os jovens consolidam relações sociais externas (Arteaga e del Valle, 2001; Brito e Koller, 1999; Siqueira, 2006). Assim, tal pode

dever-se à fase do ciclo vital (Sluzki, 1996; Moral, Miguel e Pardo, 2007), dado que a adolescência e a transição para a vida adulta são geralmente associadas a um período expansionista nas relações interpessoais (Mahon e Curtin, 2013; Moral et al., 2007; Sluzki, 1996), convertendo-se a rede social pessoal na adolescência também numa fonte de autoestima e de aceitação (Moral et al., 2007). No entanto, as diferentes trajetórias dos indivíduos no seu curso de vida modificam substancialmente estes movimentos tidos como normativos. Neste caso, a circunstância de acolhimento residencial quebra a trajetória normativa e proporciona afastamento dos anteriores círculos relacionais de inclusão, que geralmente oferecem laços que se esperam mais perenes, assim como aproximação de campos relacionais de relação antecipadamente tida como temporária, o que pode antecipar transformações profundas na futura configuração das redes dos participantes. A localização das instituições na qual incidiu a investigação poderá ser um fator facilitador do alargamento da rede, uma vez que a dimensão mais pequena dos contextos potencia uma maior proximidade entre as pessoas e facilidade de contactos.

As relações familiares assumem grande parte das relações percebidas como sendo significativas e de suporte, seguidas das relações com os pares extra e intra instituição e das relações com os profissionais das instituições. Estes dados parecem corroborar os resultados da investigação realizada por Araújo (2012), Mendes (2011), e Parente e colaboradores (2014). Os resultados revelam ainda que os rapazes tendem a valorizar mais as relações familiares, indo ao encontro do estudo de Lopes e Moleiro (2012). A importância atribuída pelos jovens à família, bem como a percepção positiva, apesar do evidente afastamento da mesma com o acolhimento, tem sido explicada como fruto da idealização dos jovens sobre as relações familiares (Parente et al., 2014; Siqueira e Dell' Aglio, 2006), por um lado, ou relacionar-se com o familismo das redes no contexto cultural português (Portugal, 2014) que nos faz associar a ideia de família a suporte incondicional, independentemente da conotação, por outro. O acolhimento residencial pode ainda atenuar recordações negativas vivenciadas em contexto familiar e contribuir para uma visão mais positiva da relação com a família (Siqueira e Dell' Aglio, 2006). Esta valorização poderá ter também a ver com a diminuição da conflitualidade e das dificuldades vividas no quotidiano familiar, entretanto atenuadas pela distância e pela diminuição dos períodos de convivência. Finalmente, poderá também ser explicada pelos efeitos terapêuticos do acolhimento para pais e filhos, ao permitir um tempo de afastamento relacional, potenciador de mudanças no funcionamento da família e do jovem. O facto de os rapazes apresentarem maior

proporção de relações familiares pode estar relacionado com o fator tempo, atendendo a que são os que se encontram em acolhimento há menos tempo. Para além disso, os rapazes apresentam maioritariamente como projeto de vida a reintegração na família nuclear (57,1% vs. 28,6% nas raparigas), o que pode estar associado à proximidade e à valorização dos laços familiares.

Contrariamente a alguns estudos (Blakeslee, 2015; Cepa, 2011; Livi, Berger e Schneider, 2009; Lopes e Moleiro, 2012; Nunes, 2010; Redondo, Pimentel e Correia, 2012; Siqueira et al., 2006), os jovens participantes não privilegiam os pares como principais fontes de apoio. Note-se, no entanto que as relações de amizade (intra e extra institucionais) ocupam cerca de 1/3 do tamanho da rede, tanto por raparigas como rapazes, sendo as relações de trabalho/estudo ínfimas, apesar da inserção escolar da generalidade desta população (ISS, IP, 2015), podendo denotar um desinvestimento ao nível das relações no âmbito escolar ou que as relações neste contexto são concebidas como amizades. As redes assumem, assim, homogeneidade no grupo adulto. De acordo Arteaga e del Valle (2003), os adultos são mais valorizados como fontes de apoio, eventualmente, porque estes dispõem de maior quantidade ou diversidade de recursos para oferecerem apoio de forma mais efetiva. A composição da rede apresenta, em média, cerca de 1/4 de relações institucionais com educadores e técnicos, adultos que assumem as funções executivas no quotidiano dos jovens, podendo tal revelar o reconhecimento da sua importância na proteção e suporte sociais, podendo também ser resultante da forma como é colocada a questão inicial ou mesmo ser influenciada pela desejabilidade social, atendendo ao contexto da recolha de dados. Também Mota e Matos (2010) reconhecem o papel educativo e protetor das figuras significativas, nomeadamente as relações institucionais com os profissionais, durante o acolhimento.

Quanto à interconexão entre os elementos da rede, contrariamente às investigações de Cepa (2011) e Mendes (2011), que identificaram redes coesas, os nossos resultados revelaram que os participantes apresentam redes fragmentadas, com um nível de densidade médio, o que, segundo Sluzki (1996, 2007), favorece a máxima efetividade e eficácia da rede. As redes fragmentadas são compostas por “subgrupos relativamente independentes entre si, muitas vezes situados num ou noutro quadrante da rede” (Guadalupe, 2009, p. 79). As redes dos participantes revelam-se mais diversificadas, dispondo de elementos de diferentes campos relacionais, o que nos parece um dado interessante, que aponta tais redes como tendo recursos mais diversos, serem menos reguladoras e mais capazes de proteger a privacidade e de não gerarem pressão num sentido de funcionamento específico. Considerando a alteração contextual associada à

integração em instituição, a distância geográfica da família e o elevado número de cuidadores/funcionários parece expectável que alguns membros não mantenham qualquer tipo de conexão entre si. Realce-se, no entanto, que há um pequeno número de jovens, mas importante, que revelam ter redes dispersas, completamente desligadas entre si, o que pode ser indicador de eventual isolamento, devendo merecer a atenção dos profissionais. A perceção de fragmentação da rede nos jovens merece uma reflexão cuidada pois esta ausência de contactos/relação pode potenciar ou aumentar a demissão da família face a um exercício participativo na parentalidade dos filhos, que mesmo apesar do acolhimento residencial, deveria ser incentivado de forma positiva e integradora.

Sublinhamos novamente que o acolhimento residencial provoca mudanças nas relações sociais, tanto ao nível da qualidade, como na frequência e intensidade das relações (Dell'Aglio, 2000; Nunes, 2010; Siqueira, 2006; Siqueira et al., 2006; Siqueira e Dell'Aglio, 2006, 2007). A distância geográfica entre o local de residência da família e a instituição, bem como a frequência de contactos parece influenciar o afastamento físico e emocional da família (Alberto, 2008; Cavalcante et al., 2007; Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, s.d.; Gomes, 2010; Leandro, Alvarez, Cordeiro e Carvalho, 2006; Martins, 2004; Mota e Matos, 2008; Siqueira, 2006; Siqueira et al., 2006; Siqueira et al., 2009), aspeto evidente na perceção dos cortes relacionais posteriores ao acolhimento residencial, não obstante a expansão da rede. Também Arteaga e del Valle (2003) afirmam que o acolhimento pode potenciar a rutura dos laços relacionais, ao que acrescentamos que tal pode acontecer no momento do acolhimento residencial, da mesma forma como pode acontecer no momento da autonomização e do *terminus* da medida de acolhimento, o que nos leva a reafirmar a necessidade de trabalhar a transitoriedade dos laços, evitando vinculações ambivalentes no futuro relacional destes jovens, até porque o projeto de vida de metade dos participantes (50%) e da maioria das raparigas (61,2%) passa pela autonomização. Exige-se, assim, uma intervenção que potencie o acesso e consolidação de novos laços, sobretudo informais, que se constituam como recursos capazes de dar suporte social a médio e longo prazo a estes jovens.

Os resultados indicam que a frequência de contactos se associa à dispersão geográfica, verificando-se que quanto mais distante é a residência dos elementos da rede, mais espaçados são os contactos. No presente estudo, a distância entre os jovens e os elementos da rede varia entre a residência na mesma localidade e uma distância até 50 km. Sluzki (2007) defende que a distância geográfica afeta a sensibilidade e a velocidade de resposta

da rede às necessidades do sujeito. A ausência dos familiares no quotidiano dos jovens, gera menos oportunidades destes prestarem suporte e aconselhamento, no momento, e promove o recurso a outras pessoas de uma forma mais constante e regular, o que acaba por alimentar a desconexão, a falta de afinidade entre os familiares mais próximos e os jovens e potencia a incapacidade familiar no exercício da parentalidade. Estes dados remetem-nos para a ideia de que a distância afeta a qualidade dos vínculos relacionais e afetivos (Arteaga e del Valle, 2003; Cavalcante et al., 2007), a qual poderá influenciar a definição do projeto de vida. A distância geográfica dificulta o envolvimento dos familiares no quotidiano e cuidados das crianças/jovens e, por conseguinte poderá afetar os vínculos e a relação estabelecida, assim como dificulta a intervenção dos profissionais da instituição junto da família. Pode, assim, tornar-se um contexto paradoxal para todos os envolvidos uma vez que, o acolhimento que se pretende temporário e promotor da mudança e ajustamento da criança e da família, resulta num maior distanciamento e demissão das tarefas parentais, delegadas na instituição, o que prejudica o potencial transformador do acolhimento para a família.

Os recursos intercambiados na rede são-nos revelados pela sua dimensão funcional. A esmagadora maioria dos jovens revela estar muito satisfeito com o suporte social recebido. Segundo Dell'Aglio (2006), esta perceção é mais importante do que outras características quantitativas da rede. Realce-se que, aquando da aplicação do IARSP, foi notória a dificuldade em qualificar a satisfação com o suporte social, considerando que as alternativas variavam entre a insatisfação total, um nível reduzido e elevado de satisfação, não se tendo considerado um nível médio, o qual poderá ter influenciado os resultados. Este dado pode ainda estar associado a uma perceção positiva do acolhimento (Dell'Aglio, 2000; Mota e Matos, 2008), com a disponibilidade de apoio, com o sentimento de pertença, segurança e proteção (Mártin e Dávila, 2008; Mota e Matos, 2008; Siqueira, Betts e Dell'Aglio, 2006; Siqueira e Dell'Aglio, 2006; Siqueira et al., 2009). Mais especificamente, os jovens percebem níveis elevados de apoio recebidos pelos elementos da rede, destacando-se o apoio emocional e o apoio informativo. Apesar dos contornos que levam ao afastamento da família e dos riscos associados ao acolhimento residencial, nomeadamente a ausência de referências consistentes e continuas (Siqueira, 2006; Siqueira, Betts e Dell'Aglio, 2006; Siqueira et al., 2009), este cenário é valorizado pelos jovens como estando associado a um nível elevado de suporte, o que poderá refletir-se na adaptação, bem estar e desenvolvimento dos jovens. A investigação de Lopes e Moleiro (2012) revela que as raparigas tendem a apresentar valores mais elevados na perceção de suporte social, mas no nosso

estudo verificámos a tendência oposta. Os rapazes tendem a perceber maiores níveis de apoio informativo, companhia social e acesso a novos contactos, provavelmente pelo efeito da maior valorização dos laços familiares e do projeto de vida desenhado institucionalmente ser distinto do das raparigas, aspetos a explorar em estudos futuros.

Segundo Guadalupe (2009, p. 86), as situações-sociais-problema diminuem as possibilidades de trocas funcionais recíprocas. Todavia, os jovens além de perceberem níveis elevados de apoio recebido, percebem-se como fontes de apoio, sendo as relações tendencialmente simétricas, especialmente no caso das raparigas. Este dado é curioso, dado que se verifica que os jovens em situação de acolhimento, além de avaliarem o apoio recebido como elevado, também se percebem como fontes de suporte. Parente e colaboradores (2014) também identificam relações sociais recíprocas. Note-se a este propósito que as redes sociais pessoais não são sinónimo de suporte social, mas sim a sua fonte (Guadalupe, 2009), suporte este que pode não estar presente, pode não estar ativado e potenciado, ou pode estar restringido por algum fator endógeno ou exógeno. As redes podem ser inúteis, e podem apresentar um carácter vulnerabilizador ou mesmo prejudicial (Guadalupe, 2009). Se nos focarmos na dimensão de vulnerabilidade que podem encerrar, compreenderemos que “os factores que atingiram os indivíduos na sua capacidade de resposta, afetaram igualmente as suas redes de solidariedade primárias, limitando a sua operatividade, tornando-as incapazes de constituir uma fonte alternativa de segurança” (Hespanha et al., 2002, p. 46). Esta ideia pode aplicar-se quando falamos de privação material ou de recursos e competências parentais, por exemplo, já que os contextos de vulnerabilidade social são marcados pela dificuldade de partilha de recursos nas redes informais. Assim, paradoxalmente, uma rede sem recursos de proteção social pode contribuir para um reforço e reprodução da vulnerabilidade social, pois laços sociais precários e diminuição de recursos sociais tendem a associar-se (Born e Lioni, 1996), podendo significar dificuldades futuras nos processos de autonomização destes jovens que passam pelo acolhimento residencial no seu curso de vida.

CONCLUSÃO

Os resultados do nosso estudo indicam que as redes sociais dos jovens em acolhimento residencial inquiridos são médias no tamanho, tendencialmente fragmentadas, mistas e multidimensionais, caracterizadas pela reciprocidade e versatilidade. A família é o campo relacional dominante, seguido do das relações de amizade (intra e extra-institucionais, consideradas no seu conjunto)

e das relações institucionais com educadores e técnicos. Os elementos da rede são percebidos como fontes de suporte social a um nível significativo e o suporte social como muito satisfatório. Os dados indicam que o acolhimento residencial tende a promover a expansão da rede de suporte social.

Quanto à análise segundo o sexo, os rapazes apresentam redes ligeiramente maiores e valorizam mais as relações familiares. As raparigas identificam mais elementos de famílias amigas, tendem a identificar redes mais diversificadas e mais densas, assim como percebem as relações como sendo mais simétricas. As raparigas identificam redes maioritariamente femininas e os rapazes tendencialmente masculinas. Os rapazes percebem maiores níveis de apoio informativo, companhia social e acesso a novos contactos.

Não podemos deixar de referir algumas limitações do nosso estudo, que, apesar de oferecer contributos nesta área de intervenção, tratando-se de um estudo transversal, não permite estabelecer uma relação temporal entre as variáveis ou generalizar resultados, atendendo ao número e características de participantes e das respostas residenciais, assim como ao instrumento usado, pois, apesar do IARSP permitir analisar grande parte das dimensões da rede social pessoal, exige uma cotação intermédia, o que reduz a riqueza da informação recolhida (Alarcão e Sousa, 2007).

Este estudo constitui um contributo para a compreensão das redes sociais pessoais de jovens acolhidos em lares de infância e juventude, assim como oferece alguns desafios para futuras investigações. Futuramente seria interessante alargar esta investigação a outras respostas e zonas geográficas; caracterizar a rede social pessoal dos jovens em acolhimento, numa perspectiva longitudinal, e/ou com grupos de comparação; e associar a rede social pessoal a outros indicadores e variáveis presentes nas trajetórias dos indivíduos, de modo a aprofundar o conhecimento dos fatores protetores do desenvolvimento e bem-estar dos sujeitos.

A relevância social do aprofundamento e alargamento destes estudos e da discussão sobre as suas implicações é imensa. Note-se que o Instituto de Segurança Social reconhece que, no âmbito do acolhimento residencial, “o constante aumento de adolescentes, verificado nos últimos anos, exige cada vez mais, uma intervenção diferenciada por parte das respostas de acolhimento, baseada em modelos de intervenção terapêuticos e contenedores, capazes de fazerem toda a diferença na vida destes jovens, prestando especial atenção às suas fragilidades emocionais e invertendo assim o ciclo de desproteção que muitas vezes lhes é oferecido” (ISS, IP, 2015, p. 13). Tal exige que sejam pensadas estratégias de intervenção a partir de um diagnóstico social aprofundado que inclua a avaliação das

redes sociais, bem como a integração de um instrumento de análise e avaliação da rede social pessoal na prática profissional dos técnicos, sobretudo centrado nas fontes primárias de suporte social, promovendo o processo de autonomização do acolhimento residencial.

Conflito de interesses | Conflict of interest: nenhum | none.

Fontes de financiamento | Funding sources: nenhuma | none.

REFERÊNCIAS

- Amorim, D. (2011). Laços familiares, consequências e desafios na situação de menores em risco. Em M. E. Leandro (org.), *Laços familiares e sociais* (pp.173-200). Viseu: Psicosoma.
- Alarcão, M. e Sousa, L. (2007). Rede social pessoal: do conceito à avaliação. *Psychologica*, 44, 353-376.
- Alberto, I. (2008). «Como pássaros em gaiolas»? Em C. Machado e R. A. Gonçalves (coord.). *Violência e Vítimas de Crimes: Crianças* (3ªed.) (pp. 209-227). Coimbra: Quarteto.
- Alves, S. N. (2007). *Filhos da Madrugada: percursos em lares de infância e juventude*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Andrade, G. R. B. e Vaitsman, J. (2002). Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. *Ciência e Saúde Colectiva*, 7(4), 925-934.
- Antunes, R., Sequeira, J. e Alarcão, M. (2011). Personal social network and perceived life quality in teenagers. *International Journal of Devolmental and Educational Psychology*, 1(2), 335-346.
- Araújo, J. (2012). *Auto conceito, qualidade de vida e rede social em jovens institucionalizados*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.
- Arteaga, A B. e del Valle, J. F. (2001). Evaluación de la integración social en acogimiento residencial. *Psicothema*, 13(2), 197-204.
- Arteaga, A B., e del Valle, J. F. (2003). Las redes de apoyo social de los adolescentes acogidos en residencias de protección. Un análisis comparativo com población normativo. *Psicothema*, 15(1), 136-142.
- Blakeslee, J. E. (2015). Measuring the support networks of transition-age foster youth: Preliminary validation of a social network assessment for research and practice. *Children and Youth Services Review*, 52, 123-134.
- Bourdon, S. (2009). Relaciones sociales y trayectorias biográficas : hacia un enfoque comprensivo de los modos de influencia. *REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales*, 16(6), 159-177.
- Born, M. e Lioni, A-M. (1996). *Familles Pauvres et Intervention en Réseau*, Paris: L'Harmattan.
- Fernández del Valle, J. e Bravo, A. (2000). Estructura y dimensiones de apoyo en la red social de los adolescentes. *Anuario de Psicología*, 31 (2), 87-105.
- Brito, R. C. e Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. Em A. M. Carvalho (Org.) (1999). *O Mundo Social da Criança: Natureza e Cultura em Ação* (pp. 115-130). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development – Experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press.
- Browne, K. (2009). *The risk of harm to young children in institutional care*. UK: Save the Children. Acedido em 1, março, 2014, em http://www.crin.org/docs/The_Risk_of_Harm.pdf.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M., e Pontes, F. A. R. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspetos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, 25, 20-34.
- Cepa, C. M. A. S. (2011). *As redes sociais pessoais das crianças em acolhimento residencial – o papel dos centros de acolhimento temporário*. Tese de Mestrado não publicada, Universidade do Minho, Braga.
- CNPCJR - Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. (s.d.). Guia de orientações para os profissionais da ação social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo. Acedido em 18, dezembro, 2013, em http://www.cnpcjr.pt/%5Cdownloads%5CGuia_accao_social.pdf.
- Dell' Aglio D. D. (2000). *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. Tese de Doutoramento não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Dolan, P., Canavan, J. e Brady, B. (2008). Youth mentoring and the parent-young person relationship: considerations for research and practice. *Youth & Policy*, 99, 33-42.
- Farmer, E., Selwyn, J. e Meakings, S. (2013). 'Other children say you're not normal because you don't live with your parents'. Children's views of living with informal kinship carers: social networks, stigma and attachment to cares. *Child and Family Social Work*, 18, 25-34.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Alfragide: Texto Editores.
- Guadalupe, S. (2001). *Intervenção em rede e doença mental*. Hospital Sobral Cid. Coimbra. Acedido em 23, dezembro, 2013, em <http://www.cpihts.com/PDF03/Sonia%20Guadalupe.pdf>.
- Guadalupe, S. (2009). *Intervenção em Rede: Serviço social, sistémica e redes de suporte social*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Guadalupe, S. e Alarcão, M. (2009). *Instrumento de análise da rede social pessoal: versão revista sumária – Manual para o utilizador*. Manuscrito não publicado.
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H. e Machado, P. X. (2006). Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 379-386.
- Hespanha, P., Damas, A., Ferreira, A. C., Nunes, M. H., Hespanha, M. J., Madeira, R., van den Hoven, R. e Portugal, S. (2002). Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala local. Em P. Hespanha e G. Carapinheiro. *Risco social e incerteza: pode o estado recuar mais?* (pp. 25-54). Porto: Afrontamento.
- ISS, I.P. - Instituto de Segurança Social, I.P. (2005), *Manual de boas práticas – um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Acedido em 05, abril, 2014, em http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13337/gqrs_lar_infancia_juventude_procesos-chave.
- ISS, I.P. - Instituto de Segurança Social, IP. (2015). *CASA 2014 – Caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Acedido em 13, setembro, 2015, em http://www.seg-social.pt/documents/10152/13326/Relatorio_CASA_2014.
- Janeiro, N. E. F. (2011). *Utilização do mapa de rede no rendimento social de inserção: construção de um guião de entrevista e desenho de um programa de formação específico para técnicos de intervenção social e comunitária*. Trabalho de Projeto de Mestrado não publicado, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Leandro, A., Alvarez, D. L., Cordeiro, M. e Carvalho, R. (2006). *Manual de boas práticas: um guia para o acolhimento residencial para crianças e jovens - para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.
- Livi, K., Berger, C. e Schneider, M. I. (2009). Violência: prevenção, manejo e identificação de vulnerabilidades na infância e adolescência. Em M. L. M. Lenz e R. Flores (Org.). *Atenção à Saúde da Criança de 0 a 12 anos* (pp. 129-141). Porto Alegre: Editora Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A..

- Lopes, R. e Moleiro, C. (2012). Avaliação do Suporte Social de Crianças e Jovens: Estudo de validação da Escala de Perceção de Suporte da Família Pares e Professores. Em M. M. Calheiros, M. V. Garrido e S. V. Santos (Org.) *Crianças em Risco e Perigo - contextos, investigação e intervenção* (pp. 139-155) (vol.2). Lisboa: Edições Sílabo.
- Magalhães, T. (2005). *Maus Tratos em Crianças e Jovens* (4ª Ed.). Coimbra: Quarteto.
- Mahon, C. Mc, e Curtin, C. (2013). The social networks of young people in Ireland with experience of long-term foster care: some lesson for policy and practice. *Child and Family Social Work*, 18, 329-340.
- Martín, E., e Dávila, L. M. (2008). Redes de apoyo social e adaptación de los menores en acogimiento residencial. *Psicothema*, 20(2), 229-235.
- Martins, P. C. M. (2004). *Proteção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco: representações sociais, modos e espaços*. Tese de Doutoramento não publicada, Universidade do Minho, Braga.
- Martins, P. C. M. (2005). *A Qualidade dos Serviços de Proteção às Crianças e Jovens - As Respostas Institucionais*. IV Encontro Cidade Solidária: Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade? Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. Acedido em 20, dezembro, 2013, em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3163/1/A%20Qualidade%20dos%20Servi%C3%A7os%20de%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20C3%Aos%20Crian%C3%A7as%20e%20Jovens%20-%20As%20respostas%20institucionais.pdf>.
- Mendes, E. A. S. (2011). *Redes Sociais Pessoais e Perceção da Qualidade de Vida das Crianças e Jovens Institucionalizados – o papel das famílias amigas*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Moral, J. C. M., Miguel, J. M. T. e Pardo, E. N. (2007). Análisis de las redes sociales en la vejez a través de la entrevista Manheim. *Salud Pública de México*, 49(6), 408-414.
- Mota, C. P. e Matos, P. M. (2008). Adolescência e Institucionalização numa perspetiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 367-377.
- Mota, C. e Matos, P. (2010). Adolescentes institucionalizados: o papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e auto-controlo. *Análise Psicológica*, 2, 245-254.
- Nunes, M. A. C. (2010). *Auto-conceito e suporte social em adolescente em acolhimento*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- OPP - Ordem dos Psicólogos Portugueses (2011). Código Deontológico da Ordem dos Portugueses. Acedido em 12, outubro, 2014, em https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/cod_deontologico.
- Pardo, E.N., Moral, J. C.M. e Miguel, J. M.T. (2008). Análisis de las redes sociales en la vejez en función de la edad y el género. *Revista Multidisciplinar de Gerontología*, 18 (1), 19-25. Penha, M. T. (1996). *Crianças em Risco*. Direção Geral da Ação Social, Lisboa. Acedido em 15, dezembro, 2013, em http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13326/Crianças_risco.
- Parente, C., Mendes, E., Oliveira, V., e Martins, P. (2014). As redes sociais pessoais de crianças e jovens em perigo em regime de acolhimento residencial. Em M. Calheiros e M. Garrido (Coords.), *Crianças em Risco e Perigo. Contextos, Investigação e Intervenção* (pp. 77-101) (vol. 4). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pereira, S. E. F. N. (2009). *Redes de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e a sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas*. Tese de Doutoramento não publicada, Universidade de Brasília, Brasília – DF.
- Pereira, V. N. (2010). *Jovens Institucionalizados: rede de suporte social e sua autonomização*. Dissertação de Mestrado não publicada, Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.
- Portugal, S. (2014). *Famílias e Redes Sociais. Ligações fortes na produção de bem-estar*. Coimbra: CES, Almedina.
- Proctor, C. D., Groza, V. K. e Rosenthal, J. A. (s.d.). *Social Support and Adoptive Families of Children with Special Needs*. Acedido em 1, maio, 2014, em <http://msass.case.edu/downloads/vgroza/003-1999.pdf>.
- Ramião, T. A. (2007). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – Anotada e Comentada* (5ª ed.). Lisboa: Quid Juris – Sociedade Editora.
- Redondo, J., Pimentel, I. e Correia, A. (Coord.) (2012). *SARAR – Sinalizar, Apoiar, Registar, Avaliar, Referenciar: Uma proposta de Manual para profissionais de saúde na área da violência familiar / entre parceiros íntimos*. Coimbra: Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra.
- Sani, A. I. M. (2004). *As crenças, o discurso e a ação: as construções de crianças expostas à violência interparental*. Tese de Doutoramento não publicada. Universidade do Minho – Instituto de Educação e Psicologia, Braga.
- Siqueira, A. C. (2006). *Instituições de abrigo, família e rede de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Siqueira, A. C. e Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e adolescência: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(11), 71-80.
- Siqueira, A. C. e Dell’Aglío, D. D. (2007). Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reintegração de uma adolescente institucionalizada. *Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano*, 17(3), 134-146.
- Siqueira, A. C., Betts, M. K. e Dell’Aglío, D. D. (2006). A Rede de Apoio Social e Afetivo de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil. *Revista Interamericana de Psicologia*, 40(2), 149-158.
- Siqueira, A. C., Tubino, C. L., Schwarz, C. e Dell’Aglío, D. D. (2009). Perceção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 176-190.
- Sluzki, C. E. (1996). *La red social: frontera de la practica sistémica*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- Sluzki, C. E. (2000). Social Network and the Elderly: Conceptual and Clinical Issues, and a Family Consultation. *Family Process*, 39(3), 271-284.
- Sluzki, C. E. (2007). *Famílias e Rede*. Em Fernandes, L. e Santos, M. R. (Coord). *Terapia familiar, redes e poética social* (pp. 95-119). Lisboa: Climepsi.